



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S



OS DESAFIOS DA ECONOMIA

“O BRASIL FAZ UM ESFORÇO IMENSO PARA SER POBRE”

Palestra de **MARCOS LISBOA**



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

“O País está andando para trás. É preciso mudar”.

O que deu errado com o Brasil nos últimos 25 anos? A pergunta é do economista Marcos Lisboa e foi feita durante sua palestra no Encontro Democrático promovido em julho de 2019 pelo Espaço Democrático, em São Paulo. Em um duro diagnóstico, ele apresentou números demonstrando que, nas últimas décadas, o País ficou para trás em relação aos demais países e apontou as razões desse atraso, que, em sua opinião, incluem má qualidade da educação, regras e instituições deficientes e péssima infraestrutura.

A palestra de Lisboa teve a presença de lideranças do PSD como o presidente nacional, Gilberto Kassab; o coordenador de relações institucionais do Espaço Democrático, Vilmar Rocha; a coordenadora nacional do PSD Mulher, Alda Marco Antonio; o coordenador do PSD Movimentos, Ricardo Patah (presidente da UGT); o ex-ministro das Comunicações Andrea Matarazzo; e o vereador paulistano Rodrigo Goulart, além de prefeitos e vereadores de cidades do interior. O debate foi coordenado pelo jornalista Sérgio Rondino e teve a participação de consultores do Espaço Democrático, como os economistas Roberto Macedo e Luiz Alberto Machado.

Marcos Lisboa é Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia e presidente do Insper, instituição de ensino superior e pesquisa reconhecida como referência em Administração, Economia, Direito e Engenharia. De 2006 a 2013 ele foi diretor-executivo e vice-presidente do Itaú Unibanco. Presidiu o Instituto de Resseguros do Brasil de 2005 a 2006 e foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2005.

Lisboa afirma que o País está empobrecendo e que, nos próximos anos, sua economia tende a ficar menor que a de outros países latino-americanos, que vêm apresentando resultados mais positivos. O retrocesso econômico, diz ele, se deve também ao “aumento impressionante” dos gastos públicos observado nas últimas décadas, com os contribuintes pagando hoje o dobro do que pagavam há alguns anos para sustentar o governo. “Perdemos o bonde em 2010 e de lá para cá o Brasil só está caindo em relação ao resto do mundo”, alertou Lisboa.

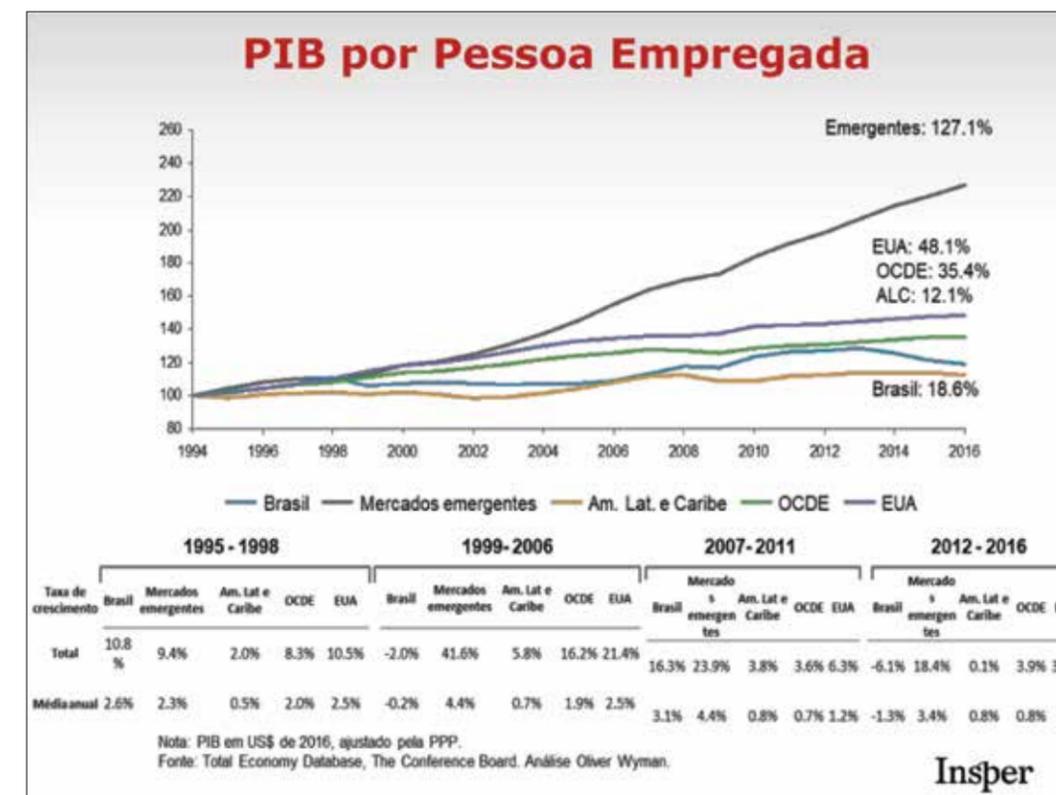
Este Caderno Democrático contém a íntegra da palestra e dos debates que se seguiram. Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Hoje vamos tratar dos desafios da economia brasileira com Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, doutor em Economia pela Universidade da Pensilvânia e presidente do Inspere, o Instituto Superior de Ensino e Pesquisa, instituição reconhecida como referência em Administração, Economia e Engenharia. Temos aqui conosco em mais um Encontro Democrático o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab; o presidente da União Geral dos Trabalhadores, UGT, Ricardo Patah, que também é o coordenador de Movimentos Sociais do PSD; Vilmar Rocha, coordenador nacional de Relações Institucionais da Fundação Espaço Democrático; o ex-ministro Andrea Matarazzo; o economista Roberto Macedo, também ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e o economista Luiz Alberto Machado, consultor do Espaço Democrático. A questão é a economia brasileira, os seus muitos desafios. Marcos Lisboa, a palavra é sua.

MARCOS LISBOA: É um prazer estar aqui com vocês. Acho que muitas vezes perdemos, no debate da economia, um pouco da perspectiva de longo prazo do que aconteceu com o País nas últimas décadas. A minha geração viveu os anos 1980, que foram anos de estagnação - de 1980 a 1994. Saímos de um momento extremamente difícil, de inflação alta, várias tentativas criativas de resolver os problemas, com planos heterodoxos que fracassaram. A inflação, para quem não se lembra, chegou a mais de 80% ao mês. Mas veio o Plano Real, deu certo e a inflação ficou baixa. Mas e de lá para cá? Eu quero explicar esse quadro para vocês.

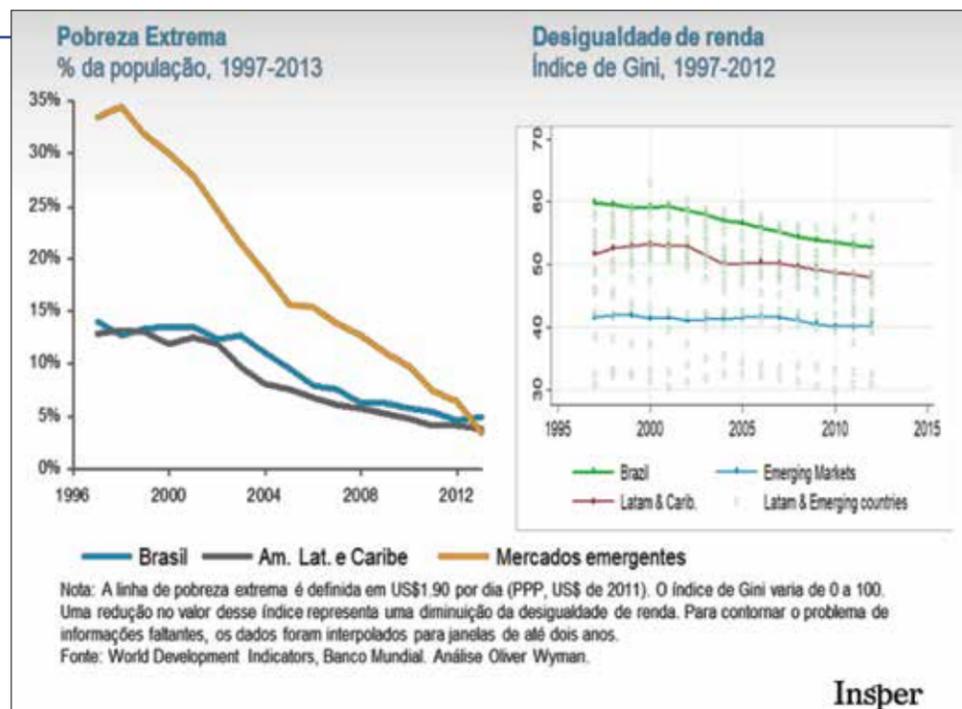
Vamos pegar toda a renda do País - juros, salários, aluguéis, toda a renda que o País gera - e dividir pelo total de trabalhadores. Começamos em 1994 e vamos até 2016. Como evoluiu essa renda? A primeira linha, a mais alta, é a dos países emergentes fora da América Latina - China,



Índia, Tailândia, Vietnã, Indonésia, Hungria, Polônia, África do Sul. A renda desses países cresceu 127%, mais do que dobrou nesses 20 anos. A linha de baixo é dos Estados Unidos, onde a renda cresceu 48%. O país mais rico do mundo teve a sua renda aumentada em quase 50% nesses 20 anos. Um pouco mais abaixo, temos os países do OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o México, por exemplo, e alguns outros países ricos: 35%. Então, os emergentes cresceram 127%, os Estados Unidos 48%, OCDE, 35%. E o Brasil? 18%. O Brasil ficou para trás. Perdeu o bonde. Se a gente tivesse crescido como os demais países emergentes, nós seríamos o Chile hoje - e não somos. Somos um país de renda média para baixo, que está ficando para trás, e provavelmente vamos cair aí para o meio e para o fim da América Latina nos próximos anos. Esse é o quadro do Brasil. A Colômbia, o Peru e o Panamá

crescem mais que o Brasil e são países que já passaram ou vão passar o Brasil em renda nos próximos anos. O Brasil ficou para trás. Está se transformando em um país de renda baixa. E faz parte do desafio entender o que deu tão errado com o Brasil. Por que o País fracassou tanto nos últimos 50 anos, e em particular nos últimos 25 anos, desde que resolvemos o problema da inflação? A gente precisa de um choque de realidade para entender por que o Brasil está empobrecendo em relação ao resto do mundo. Uma série de atitudes - regras, leis e políticas públicas que temos adotado e que são muito diferentes do que se pratica no resto do mundo - têm levado a esse retrocesso brasileiro.

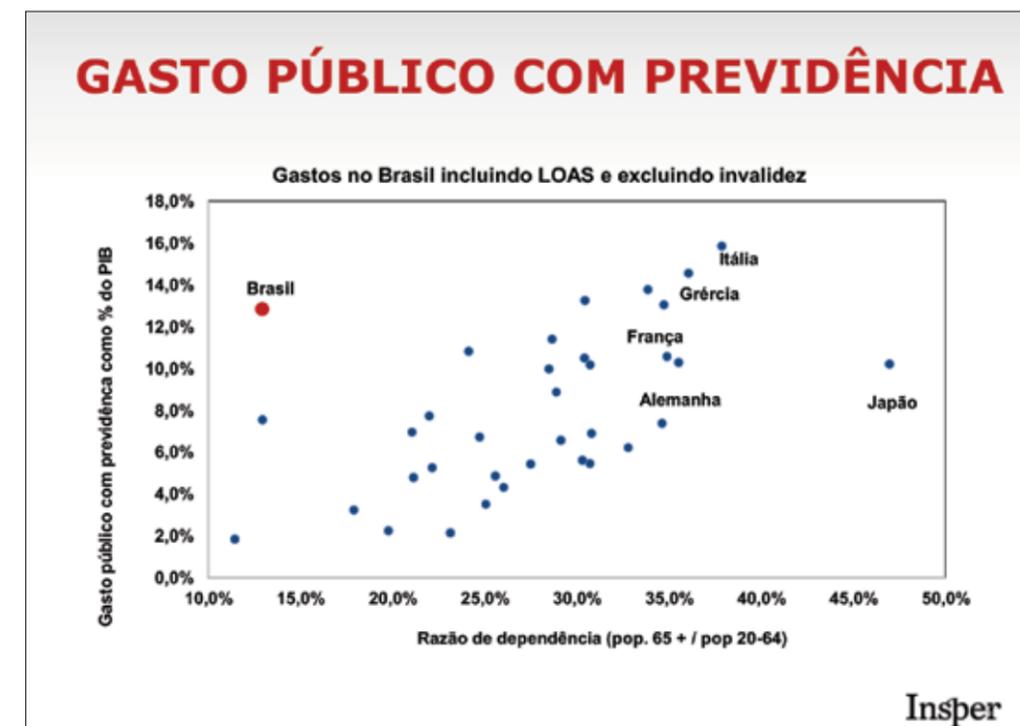
Nós celebramos muito alguns dados no Brasil. Como caiu a pobreza no mundo, por exemplo. E acho que o País deveria estar mais atento à análise dos dados do que ocorre com o resto do mundo.



Nós temos, no gráfico acima, a queda da pobreza extrema nos diversos países. E em amarelo está a queda nos países emergentes. Entre 1997 e 2013 caiu de 35% da população para 5%. E o Brasil? O Brasil também caiu, de 15% para 5%. Os celebrados anos 2000 foram anos de avanço no combate à pobreza, mas em comparação com os demais emergentes foi um combate medíocre. O Brasil avançou nos anos 2000, mas muito menos que os demais países. O mundo melhorou nos anos 2000, e na verdade começou a melhorar muito a partir de 1995. Houve a expansão do comércio mundial e a renda cresceu imensamente nos países emergentes. Os países desenvolvidos pagaram certo preço por isso. Eles também melhoraram, mas os trabalhadores dos países desenvolvidos melhoraram menos que os demais. Então, a desigualdade nos países ricos aumentou marginalmente, a desigualdade nos países pobres caiu. Houve uma notável queda na desigualdade e na pobreza nos países emergentes. Infelizmente, no Brasil, menos do que nos demais.

É importante ter um pouco de perspectiva porque às vezes ficamos no debate dos temas miúdos, do dia a dia, e a gente perde a perspectiva de longo prazo: o Brasil ficou para trás nas últimas décadas, em relação ao resto do mundo, e mesmo nos bons

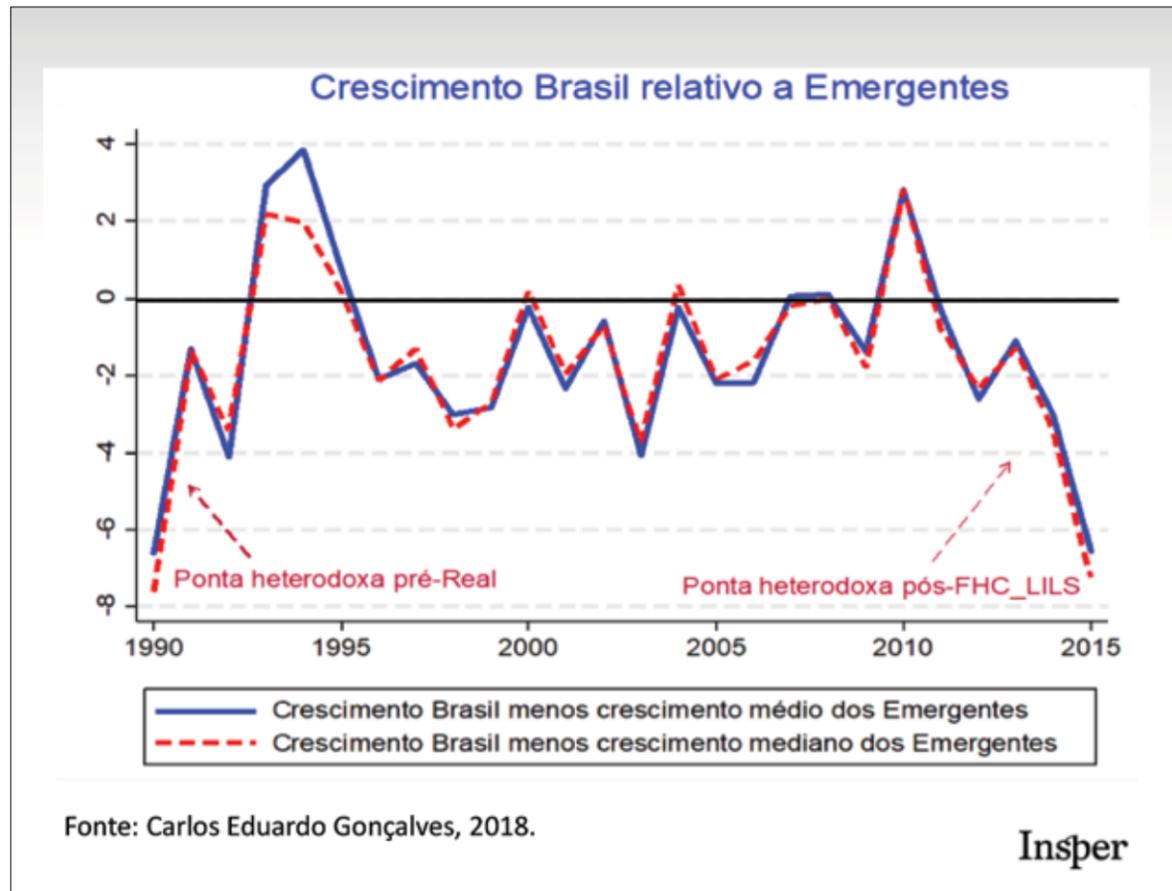
momentos os avanços aqui foram menores do que em outros países. Um pouco do desafio é entender o que aconteceu. Vou enfatizar alguns pontos. O que houve nesses 20, 30 anos em que o País ficou para trás? Primeiro, nós tivemos um aumento impressionante do gasto público. Apenas os gastos do governo federal passaram de 10% do PIB para mais de 20%. Se você trabalhava 10 horas por dia, no começo dos anos 1990, uma hora ia para o governo. Na metade dessa década, se você trabalhava 10 horas, duas iam para o governo federal. Não estou falando de Estados e municípios, que vão pegar outro pedaço. Então, como é que quase dobrou o gasto público federal nesse período? O que levou a esse aumento do gasto público federal? Essencialmente, gente. Foi o aumento de gasto com pessoal, as políticas de transferência de renda, o gasto sobretudo com educação - que aumentou muito no País - mas, essencialmente, o gasto com Previdência, seja INSS, que é quase a metade do gasto público, seja o aumento dos gastos com os servidores públicos federais - e, de novo, não estamos contando aqui com os servidores estaduais. E para ter noção de como o Brasil é um país atrapalhado em relação ao resto do mundo, nesse gráfico aqui temos, da esquerda para a direita, o percentual de população idosa em relação aos trabalhadores.



Quantas pessoas com mais de 65 anos nós temos no País, em comparação com a população de 20 a 64 anos? Nos países mais à esquerda, há poucos idosos; nos países mais à direita, muitos idosos. E o elevador, de cima para baixo, mostra quanto o governo gasta com Previdência. Alguns países gastam 2%, outros gastam 6%. Observem que os países com população mais idosa, em geral, gastam mais. É razoável, né? Então, países como Alemanha e França gastam muito com idosos porque têm muitos idosos. O Japão é um caso extremo - mais da metade da população adulta tem mais de 65 anos. E o Japão gasta 10% da renda nacional com a Previdência. A França também. O Brasil é o ponto estranho - o ponto vermelho ali no gráfico. O Brasil é um país com poucos idosos, bem poucos - cerca de 12%. E nós gastamos 13% da renda do País. De toda a renda que o País gera, 13% vão para a aposentadoria no Brasil, um país relativamente jovem. A gente gasta mais do que o Japão, que tem três vezes o número de idosos do Brasil. Para agravar o quadro, o Brasil é um

país que está envelhecendo rápido. Nas próximas décadas vamos convergir para a Grécia e a Itália. A geração dos meus pais, na década de 1960, tinha cerca de 6,3 filhos por casal. A nova geração tem 1,7 filho por casal. Nas próximas décadas, a população em idade de trabalhar vai cair 6%. O Brasil vai encolher o número de trabalhadores nas próximas décadas e a população em idade de se aposentar, com mais de 60 anos de idade, vai aumentar 230%.

Nós chegamos a ter nove trabalhadores para cada aposentado, estamos com 4,5 e vamos para um pouco mais de dois trabalhadores para cada aposentado. Para manter o regime previdenciário atual será necessária uma carga tributária, só para a aposentadoria - não estou falando de segurança, saúde, educação, esgoto -, de 25%. A cada dez horas trabalhadas, duas horas e meia você vai depositar para pagar a aposentadoria dos demais. E, como eu disse, o Brasil é um país que tem crescido pouco há muito tempo. Esse gráfico aqui é a diferença de crescimento entre o Brasil e os demais emergentes.



Vejam a curva azul. É uma diferença boba entre a azul e a vermelha. Isso vai de 1990 a 2015. Abaixo de zero, naquela linha grossa, é o Brasil crescendo menos. Acima de zero é quando o Brasil cresce mais. De novo: estamos comparando o Brasil com todos os demais países emergentes. Como regra geral, o Brasil cresce menos do que os demais países emergentes há décadas. Tivemos um desastre no período pré-Real, em que o País chegou a crescer seis pontos percentuais menos do que os demais países. O mundo crescia 4%, o Brasil caía 2%. O mundo crescia 2%, o País tinha queda de 4%. Foi assim até o Plano Real. Depois do Real e até 2010 o Brasil teve um comporta-

mento medíocre. A gente crescia de um a dois pontos menos que os demais emergentes. Os emergentes cresciam seis, a gente crescia quatro. O mundo crescia quatro, a gente crescia dois. E depois de 2010 a gente perdeu o bonde da história. Aconteceu a crise, e depois o mundo continuou a crescer e o Brasil ficou para trás. Nós tivemos, nos governos Fernando Henrique e no governo Lula, um desempenho medíocre, mas estava ok. Não há muita diferença entre os governos do Fernando Henrique e do Lula - foi um pouco melhor com Fernando Henrique, mas em relação ao mundo o Brasil teve mais ou menos o mesmo desempenho nos dois governos.



Nesse gráfico a gente vê a situação dos investimentos no País. A partir de 2010, os investimentos começam a cair. Há uma pequena oscilação em 2013, mas a queda é contínua nos investimentos.



Fica mais claro quando a gente olha o PIB, que a partir de 2013 tem queda contínua. Há um pico em 2007, 2008, e a partir de 2010 cai. Esse é o desastre brasileiro, que não é de ontem, de 2013, 2014, nem de 2015. Ele vem desde 2010 - e de lá para cá o País só foi ficando para trás. Isso, apesar de o governo ter aumentado imensamente, a partir de 2010, os subsídios e apoio aos investimentos. Qual foi a crença para o País crescer? Fácil: a gente dá dinheiro para investimento, ajuda a produção nacional, produz muito no Brasil, gera muito emprego, isso gera renda e o

País cresce. Essa foi a crença que dominou a política econômica, sobretudo a partir de 2008: proteção da Petrobras, adoção de regras de conteúdo nacional, subsídios do BNDES. Pois é, apesar dos imensos volumes de gastos públicos para subsidiar os investimentos e proteger a produção nacional nós temos, já há quase uma década, uma queda contínua do crescimento. Então, algo está errado. Ou, pelo menos aqui, não funcionou. Ou o mundo é mais difícil do que as pessoas imaginam.

Para ter uma noção do que é o Brasil, primeiro: é um país pobre. A gente perde essa dimensão com frequência. O Brasil não é um país rico e desigual. O Brasil é um país desigual e pobre. A renda média, no Brasil, está na faixa de R\$ 3 mil por mês. Se morássemos em um país totalmente igualitário, cada brasileiro teria R\$ 3 mil para viver, ou um pouco menos. Essa é a realidade brasileira. Se você ganha mais de R\$ 6 mil e um pouquinho por mês, você está entre os 10% mais ricos. Se você ganha mais de R\$ 20 mil por mês, está entre os 12% mais ricos. E se você ganha mais de R\$ 28 mil ou R\$ 29 mil por mês, você está no 1% mais rico. Só 1% dos brasileiros ganha mais que R\$ 29 mil por mês. São dados do Imposto de Renda. O Chile, nosso vizinho, é duas vezes mais rico que o Brasil. Os países pobres europeus, Portugal e Grécia, são mais de duas vezes mais ricos que o Brasil. Países

ricos de verdade, como os Estados Unidos, Coreia e Noruega, são de quatro a cinco vezes mais ricos que o Brasil. O que um trabalhador brasileiro consegue tirar de renda em cinco horas, o trabalhador norte-americano gera em uma hora. Não é à toa a sensação de que tudo no Brasil é caro. O Brasil é caro, mas somos pobres. Gasta-se mais tempo para elaborar os mesmos bens, para gerar a mesma renda, na média do País.

Os Estados Unidos têm mais capital, mais infraestrutura, mais investimento, e o americano é mais educado que o brasileiro. E se o Brasil tivesse a infraestrutura dos Estados Unidos, as fábricas, estradas, portos e energia americanos? E se o brasileiro tivesse a educação média dos americanos? A má notícia é que isso explica menos a diferença de renda entre o Brasil e os Estados Unidos. Se a gente tivesse todas as fábricas americanas, estradas, portos e a educação dos americanos, ainda assim a nossa renda seria pouco mais da metade da americana. O que explica essa diferença? E por que, então, o Brasil é pobre? O que explica um país ser pobre se não é só educação e capital? Esse é o tema da economia há 30 anos. Desde os anos 1950 a gente vai tentando entender um pouco mais. Você pega as bases de dados: será que é tecnologia? Será que é investimento em P&D? O que causa essa diferença?



Outra maneira de mostrar é com esse gráfico. É a renda toda do País - juros, lucros, aluguéis, salários - dividida pelo total dos trabalhadores. Sempre aqui o padrão é os Estados Unidos. Esse gráfico vai de 1985 até 2015. A linha laranja é Taiwan. O produto de um trabalhador em Taiwan era 80% de um americano em 1985, hoje é quase 90%. O vermelho é o Chile, que chegou a 50%, seria mais ou menos a metade dos Estados Unidos. Embaixo, Índia e China, países que eram muito pobres e hoje estão convergindo, crescendo. Tem duas linhas azuis. Não precisa de legenda, é fácil saber qual é uma e qual é a outra. Tem uma azul que é a Coreia, que sobe; tem a outra azul que é o Brasil, que desce. O Brasil empobreceu nos últimos 40 anos.

Por que deu errado? Quando a gente observa os dados, olhando vários países e o Brasil ao longo de tantas décadas, por que o Brasil fracassou? Houve um período de melhora significativa no governo Fernando Henrique - significativa em relação ao que era antes; isso se estabiliza no governo Lula; e a partir do fim do governo Lula e o início do governo Dilma a economia entra em retrocesso.

Então, com Fernando Henrique e Lula, economia medíocre, melhor do que antes, acompanhando o mundo. Chega no fim do governo Lula, no governo Dilma sobretudo, a economia entra no fundo do poço e se descola do resto do mundo. Isso é o que os dados mostram. Em particular, nossa produtividade despencou a partir de 2010. O quanto geramos de renda por hora trabalhada caiu a partir de 2010, 2011, nos dados disponíveis. A partir de 2016 e 2017, o País pelo menos se estabiliza. Ele para de piorar, que é onde estamos hoje. Não estou ficando para trás, pelo menos não estou piorando. O que os dados têm a dizer para explicar por que um país é mais pobre ou mais rico? Por que alguns países se desenvolvem, alguns países que eram pobres deixam de ser e outros, na América Latina, por exemplo - Brasil, Venezuela e Equador - não conseguem? A África tem várias histórias de desastre também. O Oriente Médio é uma área complicada de crescimento. O sudeste da Ásia há 30 anos começou a mudar o jogo. E o leste europeu há 30 anos definitivamente mudou o jogo. O que acontece? O que os dados têm a dizer sobre isso?

Dá para separar os fatores que hoje estão mais correlacionados com os governos dos países em quatro grandes grupos. Primeiro, a baixa escolaridade. Educação de qualidade, para os alunos aprenderem. Educação de qualidade não é só botar o aluno na sala de aula. Ele tem que aprender. E aqui o Brasil faz um serviço pavoroso, é um país muito diferente do resto do mundo. O que a evidência tem a dizer sobre como a educação funciona? A educação funciona quando você ensina a uma criança o português e a matemática. Linguagem. A partir dos sete anos de idade. Isso é que funciona em educação. Sociologia é ótimo, filosofia é ótimo, eu adoro literatura, sou leitor compulsivo. Mas o fundamental é a criança aprender português e matemática. Este é o centro do estudo, do ensino, em qualquer país arrumado do mundo. Nenhum país tem 13 e 14 matérias no ensino médio. Não existe isso. Filosofia também é importante, adoro filosofia, mas não pode ser a prioridade no ensino médio. Ou você vai ter foco, ou vai ensinar mal o português e matemática e isso compromete o futuro das crianças. Português e matemática são os centros da formação. Segundo, você tem metas de aprendizado claras. O que um aluno do primeiro ano do ensino médio tem que saber de matemática? É trigonometria? O que ele tem que saber no segundo ano do ensino médio? Tem uma base curricular e metas muito claras e transparentes do que os alunos têm que aprender nessas duas disciplinas fundamentais. E você avalia se os alunos aprenderam ou não aprenderam. E se não aprenderam, você faz intervenção na escola, troca o diretor, o professor, o métodos de ensino.

Nós não temos gestão escolar no Brasil. Somos um dos pouquíssimos países no mundo que não têm, mesmo depois da reforma no ensino médio. Estou enfatizando isso porque a gente não é pobre à toa, a gente faz um esforço imenso para ser pobre. E o pior é que nesse acordo pela má

qualidade do ensino - desculpem falar com essa franqueza, mas eu sou conhecido pela franqueza - o Sindicato dos Professores vai na contra-mão do ensino. Infelizmente, são radicalmente contrários a ter metas claras de aprendizado, a ter um currículo mínimo estabelecido e ao poder público poder fazer a gestão da educação. Fale em trocar um diretor porque há quatro, cinco, seis anos os alunos da escola aprendem menos que outros de escolas assemelhadas. Vai falar em fazer intervenção no corpo docente. Ou a gente sai da letargia na questão da educação, ou não sai, gente. Qualquer país do mundo tem metas de aprendizado de matemática e da sua língua nativa ao longo do ensino e a prioridade é a linguagem. Não vai ter 13 ou 18 matérias por ano. Não tem, não existe isso. Educação importa muito, faz a maior diferença. E o pior: se a criança não aprende na idade certa, sofre depois. Crianças que se evadem do ensino escolar estão mais propensas à criminalidade, têm menores salários no resto da vida, morbidade e mortalidade mais cedo.

Para quem quiser se aprofundar no assunto, há um livro espetacular resumindo a pesquisa americana sobre o drama da evasão escolar no ensino médio: *Droping Out*. É um livro com linguagem mais simples, que sistematiza a pesquisa de décadas sobre os impactos terríveis da evasão escolar no ensino médio. No Brasil, só 59% dos adolescentes - quase seis em dez - terminam o ensino médio com até um ano de atraso. E quando terminam, aprendem pouco. Nas comparações internacionais, o nosso adolescente sabe menos do que os da imensa maioria nos Estados Unidos há 20 anos. Os dados do Enem são comparáveis ao longo dos anos. Os nossos jovens estão aprendendo menos do que aprendiam há 20 anos. Nós tínhamos taxas do Enem ruins há 20 anos e a má notícia é que continuam ruins. Com o seguinte detalhe: nós aumentamos o gasto com a educação de 4% para 6% do PIB. Gastamos mais com a

OU A GENTE SAI DA LETARGIA NA QUESTÃO DA EDUCAÇÃO, OU NÃO SAI, GENTE. QUALQUER PAÍS DO MUNDO TEM METAS DE APRENDIZADO DE MATEMÁTICA E DA SUA LÍNGUA NATIVA AO LONGO DO ENSINO E A PRIORIDADE É A LINGUAGEM. NÃO VAI TER 13 OU 18 MATÉRIAS POR ANO. NÃO TEM, NÃO EXISTE ISSO. EDUCAÇÃO IMPORTA MUITO, FAZ A MAIOR DIFERENÇA. E O PIOR: SE A CRIANÇA NÃO APRENDE NA IDADE CERTA, SOFRE DEPOIS. CRIANÇAS QUE SE EVADEM DO ENSINO ESCOLAR ESTÃO MAIS PROPENSAS À CRIMINALIDADE, TÊM MENORES SALÁRIOS NO RESTO DA VIDA, MORBIDADE E MORTALIDADE MAIS CEDO”.

educação do que os demais países emergentes. O Brasil foi o país que mais aumentou o gasto com educação - vou repetir: o Brasil foi o país que mais aumentou o gasto com educação - nos anos 2000 e os indicadores de escolaridade não aumentaram. Política pública baseada em gasto é um equívoco. A política pública tem que ser baseada em resultado, no aprendizado dos alunos. A política pública deve estar preocupada com o seguinte: os alunos estão aprendendo? Eles sabem mais hoje do que ontem? Ou esse gasto virou só aposentadoria de professor? Quantas horas o professor dedica à sala de aula? Seus alunos estão aprendendo? Mas para saber se eles estão aprendendo, os professores têm que saber o que eles têm que aprender. E essa é uma batalha que, inacreditavelmente, o Brasil, no fim da segunda década deste século, não conseguiu vencer - o que é o normal no resto do mundo, é o usual, é o padrão. De Cuba aos Estados Unidos, a Finlândia, Suécia, França, Portugal, Coreia - em todos os países há uma base curricular e objetivos de aprendizado bem definidos para os alunos. Não nós. Somos um país estranho.

Segundo ponto: infraestrutura. Infraestrutura explica boa parte do retrocesso brasileiro. Nós não conseguimos investir em infraestrutura como o resto do mundo. Temos comparações importantes que mostram como o metrô de Xangai se expandiu, em uma década, o mesmo que toda a rede de São Paulo. Nós não conseguimos construir hidrelétricas, estradas, portos, ferrovias. Tente construir um prédio em São Paulo ou uma fábrica no interior. Asfaltar uma estrada entre Manaus e Brasília, construir um terceiro porto em Manaus, o Linhão de Roraima. Este é o nosso gargalo. E não é que falta dinheiro para infraestrutura. É porque nossas regras de jogo, nossas instituições, são tão atrapalhadas que a gente não consegue. Não consegue fazer um projeto executivo bem definido, detalhado. “Ah, eu quero construir uma hidre-

létrica". Monta aqui um projeto executivo. Como ele (*o investidor*) não consegue fazer um projeto executivo bem feito, não consegue obter a licença ambiental antes de licitar. Então, ele licita a hidrelétrica ou a estrada antes de ter a licença ambiental. Aí vem o Estado, aceita. Quando ele vai fazer a licença ambiental e o projeto executivo, aí vêm as contrapartidas inesperadas. O projeto era desse tamanho. Pois é, ficou a metade. "Ih, agora não pode porque tem que indenizar não sei quem, o que não estava previsto". Vejam o desastre que foi Belo Monte, Girau, Santo Antônio, o Linhão de Roraima, as eólicas do Nordeste, que depois não tinha linha para transmitir.

Quem vai investir em infraestrutura? De novo: não é questão de dinheiro. Nenhum investidor razoável vai aceitar um projeto complexo no Brasil. Vou dar a má notícia. Eu me cito às vezes como um oncologista. Má notícia: não vai ter crescimento. A gente não consegue construir um aeroporto para aviões executivos na periferia de São Paulo. Anos e anos tentando construir. Não há um processo organizado para o poder público fazer um projeto executivo bem feito, obter uma licença ambiental bem feita e, aí sim, licita. E se o governo inventar novidades no caminho? Mudou a tarifa, mudou o tamanho, o governo tem que indenizar o investidor. E o investidor tem que ter um seguro performance. Se ele não conseguir cumprir o prometido, perdeu. Essas regras básicas do jogo que o mundo todo faz, o mundo razoável, nós não conseguimos fazer. Falta dinheiro para infraestrutura, mas nós não conseguimos avançar. E sem infraestrutura não haverá crescimento. A minha escola (*Inspur*) fica no fim da avenida Faria Lima, área mais rica de São Paulo, a cidade mais rica da América Latina. Eu tenho três geradores. A gente não consegue ter fornecimento estável de energia depois desses anos todos de recessão, com uma economia estagnada desde o começo da década, queda na renda per capita imensa nos últimos anos, um

país mais pobre do que 2008, 2009. Não conseguimos ter oferta de energia. Como é que vai crescer mesmo?

Terceiro fator de baixa produtividade: regras importam, instituições importam. Parece meio surpreendente. Foi uma surpresa para economistas, nos anos 1990, quando finalmente foram identificados os fatores que explicam a diferença de renda entre os países além da educação. Um deles é a instituição de regras. Vamos pegar o caso da tributação, que está na moda. Não é a carga tributária, não é cobrar muito imposto ou pouco imposto, é como você cobra o imposto. É a regra pela qual você cobra o imposto que faz a diferença. Parece incrível isso. E com frequência a gente polemiza, faz um debate assim: é mais direito para o trabalhador ou mais direito para as empresas. O problema não está aí, o problema está em como as regras são definidas. Vou dar alguns exemplos. No padrão mundial para cobrar impostos, há uma alíquota de quanto a empresa vendeu, faturou, e ela pode descontar do imposto a pagar tudo o que os seus fornecedores já pagaram de imposto. Então, eu comprei ferro e o ferro já pagou 50% de imposto. Eu desconto o imposto que o ferro pagou. É o chamado valor adicionado. Valor adicionado é só isso: não pagar o imposto duas vezes. É isso que o mundo faz. Vai ter uma exceçãozinha aqui para um setor, outro setor acolá, mas é isso o que todo mundo faz.

Isso é equivalente a cobrar um único imposto quando você vende para o consumidor final, que é o que os Estados Unidos fazem. O resto do mundo não faz porque em geral dá sonegação. Preferem cobrar aos pouquinhos que cobrar no fim. Mas é o mesmo sistema. Então, a regra do imposto no mundo é essa. E no Brasil? No Brasil, não. O Brasil tem um sistema tributário absolutamente caótico. E aí, de novo, a questão não é cobrar muito ou pouco imposto. Ele é cobrado de uma forma eficiente, clara e transparente? Porque se a regra tributária

é clara, transparente e eficiente não há conflito. Quando o acordo é bem feito, não tem conflito, não há briga. Dá briga se há má-fé ou se o acordo é mal feito, se a regra não é clara. E qual o tamanho da briga tributária no Brasil? Contencioso na Receita Federal - quanto há de briga entre a Receita Federal e as empresas? Dá quase R\$ 800 bilhões, 12% do PIB brasileiro - dados de 2014. Mas 12% é muito ou pouco? Bom, isso é 60 vezes - 60 vezes - a mediana dos países no mundo.

Países em desenvolvimento ou desenvolvidos, como Indonésia e Estados Unidos, qual o total de contencioso que eles têm? 0,5%. E o Brasil? 12%. 60 vezes mais. Isso é um sinal de disfuncionalidade. Não é questão de arrecadar mais ou menos. É absolutamente disfuncional. O que a gente está assistindo no Brasil, nos últimos anos, é várias empresas desistindo, indo embora daqui. "Não quero esse país; chega". Não existe, no mundo, contencioso tributário como existe no Brasil. Ninguém consegue explicar e nenhum investidor estrangeiro entende. Não tem isso na Alemanha, Suíça, França, Chile, Peru, Portugal, Grécia... E aí temos que explicar para o estrangeiro que o Brasil tem uma Receita Federal que não apenas autua e fiscaliza, o que é o normal, como faz instruções normativas - ela regula a lei, ela normatiza, e ela muda essa regra para trás. E se você apelar da decisão da Receita, você cai num tribunal em que o voto de qualidade é de quem? Dos auditores da Receita. Isto é, ela fiscaliza, autua, faz a norma e julga. Como é que você vai investir nesse País?

E o pior: você conversa com os tributaristas, é tudo boa causa. As empresas, com frequência, têm boas razões para estar discordando. E se as empresas têm boa razão para discordar e a Receita autuou é porque a regra é ruim. A regra é confusa, ela muda. Vamos pegar participação nos lucros e resultados. É um caos. "Ah, tem que fazer no primeiro dia do ano; não pode fazer; tem que ter acordo com o sindicato; não tem que ter acor-

do com o sindicato; quando é abusivo o pagamento, quando não é?" É um castelo kafkaniano.

Regras importam. A mesma coisa acontece com a questão trabalhista. Não é questão de discutir mais direitos para o trabalho ou para a empresa. Não é essa a discussão. A discussão é: a regra é confusa, caótica. Ela induz a comportamentos oportunistas de lado a lado, induz a excessos de ações trabalhistas imotivadas ou não? Não é tirar direitos. Não é discussão de direitos. Não é questão de direito para lá e para cá, sai dessa. Ela tem que ser simples, clara e transparente: isso aqui é a obrigação da empresa, isso aqui é a obrigação do trabalhador e ela não enseja ações oportunistas de lado a lado.

Comércio exterior é igualzinho, no Brasil. Vai tentar importar insumos para pesquisa médica na USP. Cada coisa tem uma regrinha. Os ex-tarifários, no Brasil, são um pesadelo. Você pode passar uma semana, meses, esperando um bem ser liberado na alfândega. É a mesma coisa construir em qualquer cidade brasileira. A complexidade das regras, a quantidade de exceções que nós temos torna um pesadelo cumprir a lei. Isso enseja as ações trabalhistas em excesso, tributárias em excesso, as dificuldades em comércio exterior em excesso.

Quer gerar emprego em São Paulo? Ótimo. Tenta construir em São Paulo! Seja audacioso, empreendedor, para ver o pesadelo que é. E o nosso Judiciário complica. Vamos pegar o exemplo aqui da construção civil - mais um. Fiz um empreendimento imobiliário. Tem gente para comprar? Tem. Metade está vendida. Tenho 50 unidades e para 25 eu tenho comprador. Aí você vai no banco: "Olha, metade já está vendida". Aí o banco fala: "Então, eu empresto". Você constrói o prédio e quando ele está ficando pronto alguns compradores se arrependem de terem comprado. Dois anos depois. Se você se arrependeu de comprar, o que tem que fazer? Vende, né? "Não, mas eu não quero vender". Como não quer vender? "O preço do

imóvel caiu; incorporadora, me devolve o que eu paguei, não quero mais". Mas espera aí, o dinheiro que você pagou virou tijolo, vidro; eu só construí porque você falou que ia comprar. "Azar o seu". O Judiciário deu ganho de causa. Várias incorporadoras quase quebraram. Vamos explicar para os nossos filhos que vai ter menos apartamento para comprar daqui para frente. Vai ter menos financiamento imobiliário e ele vai ser mais caro - e vai ser só para rico. Não conheço nenhum país no mundo que tenha algo equivalente a isso. Então eu vou ao alfaiate e peço um terno. Duas ou três semanas depois eu volto lá para tirar a medida final e digo: "Sabe o que é, senhor alfaiate? Eu me arrependi de ter comprado o terno, me devolve o dinheiro". "Mas como? Eu comprei tecido, trabalhei". "Azar o seu. É o meu direito, quero meu dinheiro de volta. É o meu direito." Essa jurisprudência foi minimizada por uma lei recente no Congresso. Mas foi um estrago na construção civil, gente.

É o que eu falo: o Brasil não é um país pobre à toa. A gente faz um imenso esforço para ser pobre. Eu acho que a qualquer proposta de lei, de regra, a gente tem que se perguntar: como é que o resto do mundo faz, mesmo? Como é que os países desenvolvidos fazem, como é a regra no Chile? Ou somos nós que estamos inventando regras estranhas? Para vocês terem uma noção da complexidade da estrutura tributária: a farinha de rosca vocês conhecem, né? É o pão francês velho, moído. Ele é pão ou farinha, para tributar? Porque a tributação do pão é diferente da tributação da farinha. Aquela sandália Crocs, meio feia, grandona, aquilo é sandália ou impermeabilizante? Eu quero desonerar a cesta básica. Bacana. Para qual tipo de açúcar? Como faz para desonerar? E arroz?

Você não faz política tributária, política pública por meio da desoneração tributária. Essa é a maneira errada. "Ah, eu quero beneficiar os mais pobres, eu quero desonerar a cesta básica". Você está fazendo má política pública. Você não quer

cuidar dos pobres? Claro, quero gostar dos pobres. Mas você não cuida dos pobres desonerando a cesta básica. Se desonerar o pão, você desonera o pão do pobre e do rico. E isso aqui é pão ou não é pão? Começou o caos tributário. O pão doce é pão? A barra de cereal com chocolate é cereal ou chocolate? Os exemplos que estou dando são reais. Política pública se faz via gasto público. Eu quero cuidar dos mais pobres. Não desonera a cesta básica. Cobra imposto igual de todo mundo, pega a pasta arrecadação, aprova na Assembleia e dá a transferência de renda para os pobres. E aí ele sabe se quer comprar leite, pão, transporte ou comida. Você faz política pública via gasto. É muito mais eficiente fazer via gasto do que via tributação. Via tributação dá o caos.

De novo: você pode fazer a mesma coisa. Você pode dar o mesmo benefício monetário para os mais pobres de uma maneira atrapalhada, desonerando a cesta básica, ou de uma maneira mais eficaz, transferindo gastos. "A minha cidade quer desenvolver um pólo industrial". Bacana. Você pode fazer de uma maneira atrapalhada, dando benefício fiscal pouco transparente, que ninguém vê, ninguém sabe o custo direito, se funciona ou não funciona, ou não dar benefício fiscal para aquela empresa, para aquele setor. Arrecada igual de todo mundo e dá o benefício por meio de gasto para aquela empresa, para aquele setor. Passa na Assembleia, é transparente. A pesquisa internacional com gastos mostra que é muito mais eficaz. Então, às vezes nós confundimos os objetivos com os meios. Podemos concordar com os objetivos, vamos cuidar dos mais pobres. Vamos criar uma política de desenvolvimento local. A ciência está em como fazer. A discussão do que fazer é da política.

Agora, tem maneira bacana e eficiente de fazer, que funciona no resto do mundo, e tem maneiras incredivelmente incompetentes de fazer, para tentar obter o mesmo resultado de política pública. E nós temos insistido sistematicamente pela



E NÓS TEMOS INSISTIDO SISTEMATICAMENTE PELA INCOMPETÊNCIA. NÃO É À TOA QUE DEU TÃO ERRADO. INSTITUIÇÕES IMPORTANTAM, JUDICIÁRIO EFICIENTE IMPORTA. PAÍSES ONDE É MAIS DIFÍCIL RESOLVER UM CONFLITO JUDICIAL FICAM MAIS POBRES. NÃO ESTOU DISCUTINDO O OBJETIVO DE POLÍTICA PÚBLICA, ESTOU DISCUTINDO O DESENHO. QUIMIOTERAPIA VAI FAZER MUITO MAL PARA UM PACIENTE QUE TEM A PERNA QUEBRADA. TEM QUE SABER QUAL É O REMÉDIO ADEQUADO PARA CADA POLÍTICA".

incompetência. Não é à toa que deu tão errado. Instituições importam, Judiciário eficiente importa. Países onde é mais difícil resolver um conflito judicial ficam mais pobres. Não estou discutindo o objetivo de política pública, estou discutindo o desenho. Quimioterapia vai fazer muito mal para um paciente que tem a perna quebrada. Tem que saber qual é o remédio adequado para cada política. A política é a decisão nobre, é a decisão importante. É resolver o dilema, é dizer para onde vamos, se para a direita, para a esquerda, assim ou assado. Esse é o papel da política. Mas a política, no Brasil, com frequência descuida de como chegar lá. E acaba optando por instrumentos incredivelmente incompetentes. Agora mesmo a gente assiste a uma discussão sobre a volta da CPMF, imposto sobre movimentação financeira. É um desastre de imposto - posso explicar depois para quem estiver interessado. Se a gente quiser acabar de vez com a indústria, é fácil: volta a CPMF e acaba de vez com qualquer indústria no Brasil. Vou fazer uma pergunta básica: tem no resto do mundo? Tinha. Uns 14 países adotavam há duas décadas. A Austrália era um deles. O que aconteceu? Desistiram. Sobrou quem? Argentina, Hungria, Peru e mais algum ali na América Central. Algum país desenvolvido adota esse imposto? Não, nenhum. Só uns oito ou 10, talvez, no mundo. E vários deles adotam com uma alíquota mínima, só para fiscalização, como é o caso do Peru. Hoje tem uma alíquota meio elevada, 0,2% ou 0,3% - Argentina e Hungria. A gente vai copiar a política tributária da Argentina e da Hungria? E a Hungria está discutindo reduzir o imposto porque as pessoas pararam de usar o sistema bancário e passaram a usar a moeda. E estamos falando de uma alíquota de 2,5%. A Argentina usa 0,3%. Alguém no mundo usa 2%, 2,5% de imposto para uma CPMF? Tem um país: a Venezuela. Tem algo de errado, não é?



No entanto, uma discussão como essa floresce no Brasil. Se você olhar tecnicamente o tributo, é um desastre. Por várias razões. Não vou gastar o tempo de vocês. Mas eu sento com quem quiser. A gente vai numa sala, faz as contas, discussão técnica. Por que o mundo usa o IVA e não usa a CPMF?

No debate sobre política pública no Brasil a gente desconsidera os custos de oportunidades. Eu tenho uma empresa quebrando. Aí dizem: “A empresa não pode quebrar, tem que salvar a empresa”. Mas tem o credor, o banco, tem não sei mais o quê. “Não, sinto muito, se fechar a empresa vai destruir empregos”. E nós nos esquecemos do custo de oportunidade. O quanto não fechar a empresa significa em destruir empregos no resto País. E como é isso? Vinte anos atrás, eu estava no governo e havia a discussão de reconstruir a indústria naval. Foi a terceira vez e deu errado – Juscelino Kubitschek, Ernesto Geisel, e nos governos Lula e Dilma. Foi um fracasso, deu tudo

errado. E a gente, no Ministério da Fazenda, era contra. “Mas Marcos, por que você é contra gerar emprego no Brasil? Não é muito melhor gerar emprego no Brasil do que em Cingapura ou na China? Você é contra gerar emprego no Brasil?” Vamos destruir mais empresas no País fazendo navios aqui do que fazendo em Cingapura ou na China. Nós esquecemos os custos de oportunidade. Se eu faço um navio no Brasil, eu vou deixar de fazer alguma outra coisa porque não temos dinheiro para tudo. Se eu faço navio, não vou fazer estrada, não vou produzir energia. Porque os recursos são limitados.

Se vou colocar gente em Itaguaí para fazer um estaleiro, vou tirar gente de São Bernardo, de Belo Horizonte. Quando fui fazer a Zona Franca, quantos nordestinos não foram levados para Manaus? Toda vez que faço uma coisa, deixo de fazer outra. Os recursos são limitados. Eu me sinto meio imbecil quando explico isso. Foi o que o governo fez. Qual foi a consequência disso? Não fizemos estradas, não fizemos energia e fomos fazer navio. E o nosso navio é caro e demora a ficar pronto. Como ele é caro, as empresas que usam o navio pagam mais caro por ele. Os bens ficam mais caros e o País fica mais pobre. Então, eu não fiz a estrada e o transporte por navio ficou mais caro. O País ficou mais pobre.

Mesma coisa com bens de capital. Vamos fazer bens de capital no Brasil. Mas não tem escala, o Brasil é um país pequeno. “Mas eu vou gerar emprego”. A máquina, em geral, é muito pior do que a alemã ou de qualquer outro lugar. As empresas que usam a máquina ficam piores, se tornam menos produtivas, geram menos emprego, o bem fica mais caro. As peças de um aparelho bobo como esse, um iPhone, são produzidas em cerca de 30 países. A Alemanha faz muito bem a peça, a Itália faz muito bem a peça... E ele é montado onde? Na China. A indústria de montagem é a que gera menos valor adicionado, não é nada, são centenas

de ali. Onde está a geração de valor da indústria? Está na concepção dos equipamentos que estão aqui. Vários equipamentos aqui têm uma concepção muito criativa, montagens muito sofisticadas, criações muito sofisticadas. Tem patentes que pagam muito dinheiro e tornam o país muito rico. Agora, e a parte de montagem? No Brasil, a nossa política industrial é voltada para a montagem. Fábrica de automóvel, vou montar carro. E montar carro, vamos combinar, tem margem pequena. Eu vou montar o equipamento A, B ou C. Não é aí que está o valor adicionado. A gente pega o lado da indústria que gera menos valor. Mas de qual parte da política industrial você está falando? A parte que gera valor ou a parte que é um jogo de Lego, de encaixar peças? Porque essa está indo para os países mais pobres do mundo. Era a China, agora está indo para a Índia, o Vietnã. Não é isso o que torna os Estados Unidos ricos. A Apple não tem fábrica de iPhone nos Estados Unidos – e toda a riqueza vai para os Estados Unidos. A nossa dificuldade em sair da superfície das boas intenções – quero gerar emprego, quero proteger o trabalhador, quero transferir renda para o mais pobre, quero ser um país rico e vibrante, com uma indústria moderna – pula rapidamente para a argumentação de políticas com um nível de incompetência que é inacreditável. Depois dá errado e a gente não sabe por quê.

Eu costumo dizer que o governo Dilma atendeu a todas as preces dos sindicatos de empresas e trabalhadores nas últimas décadas. Tudo o que se pediu, o governo Dilma fez. Eu quero crédito subsidiado para a produção, para a indústria. Bacana! Vamos proteger a indústria nacional, a produção nacional para gerar emprego. Bacana! Vamos intervir no setor elétrico para baixar o preço da energia. Bacana! Não vamos reduzir juros para controlar a inflação. Bacana! Vamos segurar o preço do combustível. Bacana! Vamos proteger a Petrobrás, a empresa nacional. Por que dar óleo para o es-

trangeiro, vamos dar óleo para o brasileiro. Quase quebraram a Petrobrás com isso. Deu errado.

De novo: tem que separar a discussão dos fins e dos meios. Proteger a indústria, a produção, proteger o desenvolvimento, proteger a política social... Saber como chegar lá e saber quais são os efeitos colaterais é outra história. Há caminhos que levam a isso, há caminhos que prometem isso e entregam o fracasso. Tem sido esse o nosso caso. E no caso do custo de oportunidades, um dos problemas é o da falência das empresas. Não vamos deixar a empresa fechar, vai gerar emprego. Mas olha só: se você não fecha essa empresa, ela não consegue se desenvolver. Se ela fechar, a máquina que está aqui vai para outro lugar melhor. Outras empresas podem comprar esse negócio e levar. Se a gente fica salvando em banho-maria uma empresa ineficiente, o que acontece? Ela vai ficando para trás. Daqui a pouco os ativos dela não valem nada, os trabalhadores se desatualizaram. Como é o ciclo de empresas no resto do mundo, nos países desenvolvidos? Estados Unidos: manufatura. 60% da criação e destruição de empregos vem da criação e destruição de empresas. As empresas nascem, morrem; algumas crescem, outras falem. Rapidamente aqueles ativos são vendidos. A empresa quebrou, rapidamente alguém compra aquela máquina. E o trabalhador arruma um emprego depois. É um ciclo. 60% da criação de todos os empregos vêm da criação e destruição de empresas. Em serviços, 80%. 100% do ganho de produtividade vem desse processo. Novos empreendedores criando, inventando. A maioria fracassa. Vários tentam e quebram – e é para quebrar. Desaluga a sala, vende a máquina. Aí o trabalhador sai daqui, vai para lá. 100% das atividades dos serviços americanos vêm da criação e destruição de empregos. Se paramos o processo de destruição, se não deixamos a empresa ineficiente quebrar, interrompemos esse fluxo e a produtividade fica estagnada.



Neste gráfico aqui eu tenho vários países emergentes: Brasil, México, Chile, Peru, China, Rússia, Colômbia. Da esquerda para a direita, é a produtividade das empresas. A linha grossa é o Brasil. Sem entrar muito em detalhes, observem que todos os países que eu mencionei, todos emergentes, têm um número relativamente grande de empresas nesse meio do caminho. São várias empresas com produtividade média. E o Brasil? O Brasil tem menos empresas com produtividade média. E o Brasil tem um número anormalmente grande de empresas de baixa produtividade. Isso é parte do que explica a nossa pobreza. Nós protegemos empresas e setores ineficientes. Temos um número anormalmente grande de empresas pouco produtivas e isso faz com que a geração de renda no País seja menor. Em vez de trabalhadores e máquinas estarem nas melhores fábricas, nas melhores empresas, por uma série de motivos nós mantemos as fábricas piores, por meio de proteções. Regras de conteúdo nacional, regras de comércio exterior, benefícios tributários como o Simples e o lucro presumido. Isso impede

o capital e o trabalho de se deslocarem para onde podem gerar mais renda e eles ficam onde geram menos renda. Podem achar que é ótimo. Vamos aqui defender as pequenas e médias empresas. Um amigo nosso em comum, o Guilherme Afif, defende o Simples e sempre reclama quando eu digo que o Simples é um problema para o País. Ele pode ser uma solução para o pequeno empreendedor, mas vamos entender as consequências: torna o País mais pobre.

O Brasil tem imensos desafios e aqui eu tenho a boa e a má notícia. A má notícia é que não tem nada de novo. Tudo o que eu falei aqui, a gente sabia há 10 anos. Quando eu voltei para o debate público, quando fui para a escola, no final de 2012, começo de 2013, muito preocupado com o que o governo Dilma estava fazendo - era uma repetição do governo Geisel - eu pensei: meu Deus, a minha geração já viveu uma década perdida, nós vamos ter uma segunda década perdida? Voltei para o debate público muito preocupado com o País. E agora eu torço para que seja só uma década perdida. Minha esperança é que seja apenas uma década perdida.

A boa notícia, no entanto, é que não tem nenhuma culpa do exterior. A culpa é toda nossa. Todos os desastres do Brasil fomos nós que causamos. Com boas intenções, achando que estávamos fazendo o bem - o objetivo por vezes era bem-intencionado. Pois é, demos quimioterapia para quem tinha a perna quebrada. Queremos proteger a indústria? Estamos matando a indústria nacional. Queremos proteger o emprego? Pois é, o desemprego não cai. Queremos proteger os mais pobres com regras tributárias? Pois é, estamos afastando investimentos, não está gerando empregos e o País está estagnado. A boa nova, porém, é que está em nossas mãos enfrentar esse problema. Eles foram causados exclusivamente por nós mesmos. Obrigado.

SÉRGIO RONDINO: Obrigado, Marcos. Vamos a algumas perguntas da mesa, mas antes o presidente do Conselho Superior de Orientação do Espaço Democrático, Gilberto Kassab, gostaria de dar uma palavrinha.



GILBERTO KASSAB: Quero cumprimentar o Marcos e agradecê-lo pela presença. Cumprimento também a todos os presentes. O Marcos é um

dos economistas que melhor consegue compreender os problemas do Brasil e explicar de forma didática. A sua exposição é clara, simples e nos dá a convicção de que somos um país cheio de problemas. Ele disse que tem boas e más notícias, mas a boa notícia mesmo é a mobilização da sociedade: pela primeira vez o brasileiro foi para as ruas defender a reforma da Previdência, que é fundamental para o nosso país. E esse tipo de seminário, a presença do Marcos aqui, nos dá a oportunidade de sermos melhores, mais conscientes dos problemas e termos maior clareza para as soluções. Muito obrigado, parabéns.

SÉRGIO RONDINO: Eu vou privilegiar a pergunta de um internauta, o Hamilton Carvalho: "O diagnóstico do Marcos Lisboa é impecável. A pergunta que eu quero deixar é: como conciliar a necessidade de crescimento do País com o agravamento da crise climática, que pode impor restrições ao crescimento do produto mundial? Por que a restrição última, a dos recursos naturais e do clima, não costuma entrar na análise?"

MARCOS LISBOA: Eu acho que entra, não há grandes dificuldades para entrar na análise. Acho que é um tema importante. Agora, a maneira como a gente lida com o problema é que é complicada. A gente não consegue ter, no Brasil, clareza sobre os protocolos ambientais. Eu vou começar um projeto de investimento e não sei exatamente quais são as regras do jogo. Com frequência, as demandas que a gente tem de impacto ambiental e social são idiossincrásicas. "Ah, eu estou precisando de esgoto aqui, resolve esse problema pra mim". Você não tem clareza do princípio. Qual é a regra do jogo? Acho que está faltando sistematizar protocolos. Como eu estimo os impactos ambientais? Como eu estimo os impactos sociais? Isso vai dar previsibilidade ao investimento, para saber quais são as consequências e qual será o ônus para a

sociedade, permitindo antecipar as obrigações que são devidas. O que não dá é o regime atual, que é pura surpresa. Eu começo o projeto e no meio do caminho: “Não, veja bem, agora tem que fazer isso, fazer aquilo”. E aí gera incertezas, gera o baixo investimento, gera baixo crescimento.

SÉRGIO RONDINO: Próxima pergunta. Vou começar com o professor Luiz Alberto Machado, nosso consultor aqui do Espaço Democrático.



LUIZ ALBERTO MACHADO: Já que você fez uma retrospectiva histórica e pegou basicamente dos anos 1950 para cá... um dos mais respeitados estudiosos dos ciclos longos de desenvolvimento, o Angus Maddison (*economista britânico*), no famoso estudo “Desempenho da Economia Mundial desde 1870”, mostra que o Brasil foi o país teve o melhor desempenho - comparando com feras, os maiores da OCDE, os cinco maiores da história da OCDE - de 1870 a 1980. Aí veio a década perdida e nunca mais nós acertamos. O que deu errado? O que mudou? Porque não acho que antes disso tivéssemos instituições tão boas. Por que o desempenho era tão bom e de repente passou a ser tão ruim?

MARCOS LISBOA: Acho que, primeiro, o desempenho não foi tão bom. Vamos entender que, se o Brasil foi o país que mais cresceu em 100 anos e a gente continuou um país pobre nos anos 1970, não era tão bom - e o Brasil era um País pobre em 1970. Esquece o crescimento da demografia. Grande parte do crescimento econômico do Brasil era porque tinha muita gente, era muita gente chegando. A taxa de fertilidade no Brasil era de seis crianças por casal, em 1960. Então, foi uma explosão demográfica que o Brasil viveu. Nosso século 19 foi muito ruim, o Brasil ficou para trás no século 19. Quando vem a República Velha, o Brasil inicia um bom momento, depois vêm as turbulências dos anos 1930 e 1940, que o mundo inteiro passou - e os dados brasileiros no período Getúlio Vargas foram muito ruins. E depois dos anos 1950, que é o chamado grande período brasileiro? Tivemos uma década de 1950 de muito crescimento e muito desequilíbrio, que foram os governos Vargas e Juscelino Kubitschek. E vou lembrar que o governo Juscelino terminou com a inflação lá em cima, moratória externa e o começo de uma recessão. Ou seja, tivemos oito ou nove anos de muito crescimento nos anos 1950 e depois vieram os anos 1960 de muita crise econômica, a inflação foi a 40%, 60%, uma recessão longa. E o País só retomou o crescimento em 1968. Aí veio o período do Milagre Econômico, que foi de ótimo crescimento do Brasil, o mais celebrado do crescimento do Brasil, mas quando você controla pelo número de trabalhadores, o nosso crescimento é pior que o da Coreia.

Então, parte dos 7% do crescimento é muito mais gente trabalhando. É uma juventude entrando no mercado de trabalho. Agora, a renda por trabalhador não cresce tanto. O Brasil, por trabalhador, cresceu na faixa de 4% na época do Milagre, no melhor período. Veio o governo

Geisel, que meio que repete o governo Juscelino: fecha a economia, subsídios, leva o FAT (*Fundo de Amparo ao Trabalhador*) para o BNDES. “Temos que fazer no Brasil tudo aquilo que puder fazer no Brasil”, era o lema do governo Geisel. O resultado foi uma década perdida. Então, tivemos espasmos de crescimento no Brasil dos anos 1950 para cá, décadas de crescimento seguidas por décadas de crise. E o pior é que nos três ciclos de crescimento, que geraram os três ciclos de crises, a política econômica foi a mesma. Há poucas diferenças entre o que tivemos nos anos 1950, o que vivemos no governo Geisel nos anos 1970 e o que foi o segundo governo Lula e o governo Dilma Rousseff. E pelo visto a gente não aprende a lição.

SÉRGIO RONDINO: Professor Roberto Macedo, a palavra é sua.



ROBERTO MACEDO: Eu compartilho a sua preocupação de não ficar preso a esse debate de curto prazo. Outro dia, o *Valor Econômico* publicou uma matéria sobre como sair dessa situação atual, entrevistando economistas. Eles ficam lá discutindo se vai baixar a Selic de 6,5% para 5,5%. A única coisa que me interessou foi que

um deles falou que, por causa do spread bancário, isso vai apenas fazer cócegas na taxa que você cobra dos tomadores. Um outro dizia que depende das reformas. Mas até que essas reformas ocorram vai levar tempo. Então, estamos presos no curto prazo e eu acho que é muito importante levantar essa agenda de longo prazo. O Brasil, a meu ver, está parado desde 1980. É o que os economistas chamam de estagnação. Então, acho que está faltando aqui um senso de urgência. Tem um livro famoso do Stephen Covey, “*Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes*”, que também vale para as instituições. Ele diz: “Olha, evidentemente você tem que cuidar de problemas importantes e urgentes, mas tem muito problema muito importante, mas não urgente, que as pessoas vão enrolando”. Então, o que acontece? Na Previdência, por exemplo, se você não cuida do problema, ele vai se complicando e chega uma hora que se torna crítico. Nos Estados Unidos há um senso de urgência muito maior do que aqui. A crise deles, que chamam na literatura de “a grande recessão”, durou dois anos. Aqui nós já vamos para cinco e não se resolve. O pessoal do *Federal Reserve Bank* já está se preparando para reduzir a taxa de juros enquanto a economia está bombando, prevenindo contra uma recessão. E aqui não acontece nada. Será que aqui tudo tem que se agravar até você ser levado numa ambulância para a UTI, como nesse caso da Previdência, ou teríamos condições de criar um senso de urgência?

MARCOS LISBOA: A gente inventou no Brasil que juros e câmbio são os grandes temas da economia. Não são em nenhum outro lugar. Juros são para administrar a inflação. Juro não faz crescer. É só para impedir que a inflação saia de controle. Não é baixar os juros para fazer o país crescer. Nós inventamos esse debate mui-

to atrapalhado no Brasil e esquecemos quais de fato são os fatores que causam o crescimento. E há tantos mais, como o marco regulatório para a infraestrutura, acertar a regra tributária... Em Previdência, estamos atrasados 20 anos. Caímos num debate inacreditável sobre a Previdência. É impressionante ter que ouvir que não tem déficit da Previdência, que o Brasil não tem problema de Previdência.

E tem uma notícia ruim: a gente pode até aprovar a reforma, mas agora está tarde demais. A gente tem que entender que passou do ponto na Previdência. A gente está correndo atrás do prejuízo, mas não vamos evitar a falência dos Estados e dos grandes municípios. Infelizmente, o tratamento veio tarde demais com a nossa leviandade, a nossa irresponsabilidade e desatino. Vamos fazer alguma coisa, vai parar de piorar no governo federal, mas para Estados e municípios veio tarde demais e eu não sei como é que a gente vai sair da encrenca. Ainda mais com essa idade mínima baixa para professores e PMs, que é o principal problema de Estados e municípios. Educação é bacana, professor é ótimo, fui professor boa parte da minha vida, mas não merece a aposentadoria mais cedo. Não há razão para um professor ter a aposentadoria mais cedo que um médico de UTI. Não tem a menor razão. Alguém me explique que médico de UTI tem uma vida mais tranquila do que a de um professor de ensino médio e por isso tem que se aposentar mais tarde. Os Estados já estão quebrados e a situação ficará devastadora. Os Estados estão parando de fazer a manutenção de bueiros, de estradas, de pontes e viadutos.

SÉRGIO RONDINO: Se algumas profissões difíceis merecem tratamento desigual, eu pergunto por que os pedreiros não teriam mais direitos do que todos os outros. Alda, por favor.



ALDA MARCO ANTONIO: Professor, parabéns. Nunca vi um economista que tivesse tal clareza e que conseguisse atingir o objetivo de fazer as pessoas entenderem. E porque estou com este sentimento, eu vou brincar e sugerir uma mudança no nome dessa palestra. Acho que ficaria bem se tivesse o título de "Angústia". Só pedi para falar para homenageá-lo pela brilhante exposição.

SÉRGIO RONDINO: Ministro Andrea Matarazzo, por favor.



ANDREA MATARAZZO: Marcos, são duas perguntas. Sobre a Previdência, eu queria saber sobre os privilégios, porque falou-se muito e fi-

zeram pouco. O quanto isso muda na conta da Previdência? A outra pergunta é sobre a indústria. Eu gostaria de saber qual é a perspectiva para a indústria no Brasil, ela que chegou a representar 30% na transformação - 30% no final da década de 1980, começo de 1990 - e hoje está em 10%, com todos os subsídios que tem para setores de um lado e de outro. Eu tenho indústria e infelizmente - ou felizmente - estou fora dessa coisa de subsídios, à exceção de Manaus, porque para mim, se estou lá é pela aberração que é, senão preferia estar fornecendo aqui, e não andar 7 mil quilômetros de distância para entregar. Qual é o futuro da indústria tradicional no Brasil?

MARCOS LISBOA: Acho que a indústria está acabando e a culpa, em parte, é das lideranças industriais. Eu nunca vi uma política para o desenvolvimento tão atrapalhada como a gente fez. Para a indústria se desenvolver - vamos falar no setor produtivo num sentido mais amplo - a gente tem que se beneficiar daquilo que o resto do mundo faz de melhor. Se eu tenho um bem de capital fantástico na Alemanha e minha empresa é forçada a comprar um arremedo de cópia ineficiente feito por uma empresa no quintal, aqui, a minha produtividade cai. E aí, depois abrem a economia porque o País quebrou e eu quebro junto. Você vai criando um caminho tortuoso de autodestruição. Acho que temos que separar esse conflito que há no Brasil - a indústria, o agronegócio... Produção, geração de renda e emprego. Essa fronteira não existe. O que é o iPhone? O iPhone é indústria ou serviço? O valor adicionado aqui é serviço, é patente. A parte de montagem é trivial. Essa fronteira entre serviço, indústria, agronegócio... não importa. O que interessa é a produção, a geração de renda e emprego. E aí nós desconsideramos a importância de conhecimento e isso é um desastre. É o descuido com a inteligência, e é nela que

está a geração de valor. O valor de um iPhone, de uma máquina, de um bem de capital... o mundo fica rico é pela geração de conhecimento. O problema é o isolamento do Brasil em relação ao que o resto do mundo faz. As tecnologias mais modernas, mais recentes, não chegam.

Eu vou dar o exemplo de como o Brasil está atrasado. É uma discussão de quando eu estava no governo e ela voltou agora, 20 anos depois. Na época, o mundo estava todo se dirigindo na direção de reduzir tarifas de importação de bens de capital e bens de informática. Até a Índia, um dos países mais fechados do mundo, estava fazendo isso em 2003. E aí, no governo, entrei na conversa: a gente tem que abrir. O que interessa é que as nossas crianças tenham acesso a computadores baratos. Não estou preocupado em montar um laptop no Brasil, pelo amor de Deus. Um laptop não tem valor nenhum, é bobagem. Montar laptop é o mesmo que Lego. Interessava é que as crianças tivessem acesso a um laptop barato. Porque se a criança tem acesso a um laptop barato, ela se forma melhor. Na época, foram contra, a indústria foi contra. "Não, Marcos, veja bem, é muito importante manter empregos..." As crianças não tiveram acesso à informática e estamos 20 anos atrasados. Na época também tinha a proposta de subsídio para produzir máquinas de escrever em Manaus. Essa batalha, pelo menos, eu ganhei.

Eu acho o seguinte: primeiro, a indústria vai sofrer, vai piorar. E tentar esse mecanismo de proteção só vai tornar o País mais pobre. O que me preocupa - e isso vale para Manaus também - é que a resistência em construir uma solução vai levar ao suicídio da indústria no Brasil. Porque fica o tempo todo editando medidas protetórias para evitar o ajuste, e uma hora vai ter que sair da cola porque o País estará num tal grau de desespero que vai abrir e eu temo muito a tran-

sição rápida, porque aí o custo do país é imenso. O que eu sinto falta na liderança das indústrias é a abertura para construir uma solução.

ANDREA MATARAZZO: Mas não há mais liderança na indústria. Esse é o ponto. Porque não existe mais indústria representativa.

MARCOS LISBOA: Pega a Zona Franca de Manaus. Fica aquela disputa lá: mantém, não mantém, mantém, não mantém. O Brasil vai ter que fazer uma reforma tributária. O IPI vai deixar de existir. Não dá para ficar com aquelas fábricas na Amazônia, não é viável, aquilo é caro, o Brasil fica mais pobre por isso. Aquilo destrói o valor.

ANDREA MATARAZZO: Seria mais barato dar um salário para cada um dos que estão trabalhando lá...

MARCOS LISBOA: Agora, seria muito melhor construir uma solução. Porque nós estamos perdendo o prazo, uma hora não vai dar mais para fazer isso. Vai ser uma transição radical e traumática. A solução é fazer uma abertura progressiva ao longo de vários anos; é investir em tecnologia na Amazônia para descobrir quais as vantagens comparativas da região; criar políticas de transição para as cidades portuárias, com portos e estaleiros para mitigar o problema do desemprego que vai ter. Para conseguir qualificar e gerar conhecimento para desenvolver atividades produtivas que compensem as atividades que vão desaparecer. Mas essa nossa mania de trincheira – “deixa eu salvar o meu” – impede de construir soluções que podem atenuar a transição. E o resultado pode ser uma abertura brutal pelo cansaço do País. As pessoas estão começando a perceber como o País está ficando cansado dessa crise. A crise está longa demais, está sofrida demais. Imagina se volta, no ano que vem ou no seguinte, uma

recessão severa. Se o País não cresce mais. O que vai acontecer com a insatisfação das pessoas? E aí vem a solução desesperada, a coisa bruta: abre tudo. Acho que não podemos perder a oportunidade, mas já estamos perdendo. Já deveríamos ter começado a discutir com cuidado como fazer uma transição e cuidar dos grupos que vão sofrer no caminho, desenvolvendo alternativas. Alternativas para Manaus desenvolver o seu potencial. Se Manaus é um caso complicado, imaginem cidades portuárias como Itaguaí, em que os trabalhadores foram transferidos para lá para construir um estaleiro que deu errado. Como é que você faz? É o papel da política pública cuidar dessa transição. E, de novo: a demora em construir soluções pode levar a uma situação de ruptura que me preocupa imensamente.

SÉRGIO RONDINO: Eu tenho mais uma pergunta que chegou pela internet, do Michel Magul, de Goiás. Ele é coordenador da Juventude do PSD e pergunta: a reforma tributária é importante para evitar uma possível recessão?

MARCOS LISBOA: Não é para evitar a recessão. Hoje, o País não cresce, acho que a economia está muito machucada. A estrutura tributária, a estrutura de comércio exterior, a estrutura de incentivos e proteções machucou a economia e ela não vai crescer. A estimativa de crescimento hoje, no País, é abaixo de 1%, sustentável. Você pode ter aí um ano melhor, com muitos empregos, você pode ter aí uns 6 meses, 8 meses com o País numa recuperação da atividade um pouco maior, mas o Brasil hoje é um país estagnado. A nossa renda por habitante não vai aumentar nos próximos anos sem que façamos reformas severas, entre elas a da área tributária, que é um sistema que se tornou completamente disfuncional, eu não conheço nada comparável em outro país – um país arrumado, do Chile para cima.

SÉRGIO RONDINO: Ricardo Patah, presidente da UGT (*União Geral dos Trabalhadores*).



RICARDO PATAH: Tenho uma única discordância, Marcos. Você disse várias vezes que o Brasil é pobre, mas para mim, o Brasil é riquíssimo. O Brasil tem minérios, agricultura e um povo maravilhoso. Para mim, o Brasil é riquíssimo. O brasileiro é pobre, mas o Brasil é rico. Esta é a única discordância. Eu quero fazer dois comentários muito rápidos. O primeiro é que um partido que tem a capacidade de trazer conhecimento como esse, ensino como esse, é um partido que realmente tem futuro muito grande pela frente. A meu ver, é por meio do Parlamento que nós vamos fazer mudanças no Brasil. A reforma tributária é importante, mas para mim a reforma política é essencial. Nós andamos para trás porque não tivemos capacidade efetiva de perceber no nosso País essa riqueza – e como distribuir essa riqueza. O percentual do PIB destinado à educação é muito mal aproveitado e não estamos conseguindo capacitar trabalhadores. E precisamos ter uma política de inclusão, porque ter 13 milhões de desempregados significa um país do tamanho de Portugal, uma Suécia de desempregados. E é muito grave que essas pessoas não tenham possibilidade de alento. Temos que construir políticas de inclusão. E a UGT tem algu-

mas propostas, entre elas exportar para empregar, porque o Brasil tem uma capacidade exportadora muito grande, mas exporta só as riquezas básicas, que são o agronegócio e minérios. Nós temos que ter valor agregado para exportar – e temos capacidade para isso. Então, temos a solução, mas quem não está vendo é o governo e o Parlamento. Estão enxergando coisas pequenas. E cabe a nós, do PSD, sinalizar caminhos. Capacitação, qualificação e inclusão social. E tirar os privilégios, porque muitos estão contentes com a Previdência que foi aprovada, mas os privilégios não foram mexidos. Muitos continuam com aposentadoria de R\$ 100 mil. E vão continuar, porque o governo não teve a coragem de mexer onde devia. Mexeu no trabalhador comum, que vai ter que trabalhar 40 anos para se aposentar com 65 – não sei se vai alcançar. Então, acho que cabe a nós iniciar um processo efetivo de pôr a mão na ferida porque o Brasil tem capacidade, o povo é maravilhoso.

MARCOS LISBOA: Quero fazer um aparte. Quando eu digo que o Brasil é um país pobre, é porque o mesmo trabalhador, na mesma fábrica, no Brasil, produz em média 25% do que um trabalhador nos Estados Unidos. Na visão dos economistas, a visão de pobreza é essa. Na mesma fábrica, com os mesmos insumos, o trabalhador brasileiro produz menos do que o trabalhador americano. Por isso eu falo que é pobre. Nossa produtividade é muito menor. Nós geramos muito menos renda. O Brasil pode ter um potencial, mas não conseguimos fazer. O Brasil é um país de muitas distorções. Eu escrevi há sete anos, com a Zeina (*Zeina Latif, economista e esposa de Marcos Lisboa*), um artigo descrevendo um pouco das distorções brasileiras. O Brasil é um país lotado de meia-entrada. As pequenas e médias empresas pagam pouco imposto no Brasil. Mas você pergunta: e as grandes? Você pode ser acionista pequeno de uma grande empresa. Tem vários fundos de

pensão que são sócios de grandes bancos. Aquele acionista ali ganha R\$ 5 mil por mês. Eu posso ser sócio de uma empresa de lucro presumido que me dá de pró-labore R\$ 12 milhões por ano. Quem é mais rico? O acionista do fundo de pensão que está no Itaú ou no Bradesco ou o da empresa de lucro presumido? Você tem que fazer o sistema tributário pela renda da pessoa, e não da empresa. A gente confunde o tamanho da empresa com o tamanho do acionista. Quando eu falo da nossa incompetência técnica é por aí. Acha-se que a grande empresa é um grande acionista e a pequena empresa um pequeno acionista. Não. Eu posso ter uma pequena empresa de um acionista muito rico e eu posso ter uma grande empresa com acionistas muito pequenos e muito pobres. Tem que tributar pela renda da pessoa, não pela empresa.

Mas a indústria reclama da concorrência internacional. E aí tem a proteção ao comércio, tem o crédito desviado do BNDES. O agronegócio consegue concorrer, mas não quer pagar a contribuição previdenciária. A nossa sociedade é uma sociedade onde todo mundo fica atrás de ter algum benefício. A disfuncionalidade é generalizada. Todo dia tem alguém aprovando alguma medida para alguém não pagar a entrada cheia de cinema. A última foi do doador de sangue. Então, fica esse sistema caótico. Meu ponto com a pobreza é esse. A mesma tecnologia, com o mesmo empregado, com a mesma formação, no Brasil, vai produzir, na melhor das hipóteses, um pouco mais da metade de um americano, em média. Com o mesmo conhecimento, com a mesma tecnologia, no Brasil se produz menos. É nesse sentido que ele é pobre. Ele pode ter um potencial muito grande.

Vou concordar na questão da Previdência: a minha decepção profunda com vários partidos de esquerda no País, que ficaram defendendo as corporações dos servidores públicos, que são os mais privilegiados. Não gosto muito de falar de política, mas vamos combinar o seguinte: por que

não defenderam reduzir os privilégios dos servidores públicos com mais intensidade, por que não se aliaram a uma reforma que fosse mais severa com os servidores públicos, em particular as categorias de privilegiados? É engraçado que, no Brasil, esquerda e direita às vezes são muito parecidas: temos a direita defendendo as forças de segurança. E aí saíram categorias protegidas nos projetos de aposentadoria - as forças de segurança, inclusive, com aposentadoria integral -, deixando um pequeno pesadelo para os Estados que, eu confesso a vocês, não faço ideia de como vamos sair da crise em que estamos metidos.

SÉRGIO RONDINO: Eu quero pedir desculpas a várias pessoas da plateia que estão pedindo para fazer perguntas, mas não temos mais tempo. Para encerrar, gostaria de ouvir o Vilmar Rocha, que é coordenador nacional de Relações Institucionais do Espaço Democrático.



VILMAR ROCHA: Primeiro, estou em depressão. Estou precisando de um comprimidozinho, um Prozac. Os economistas sempre são pessimistas. Nós, políticos, temos que ser sempre otimistas. Eu acredito que no médio e longo prazos vamos encontrar o caminho. Sou otimista com relação a isso. Tem uma frase do Juscelino que eu gosto: "O otimista pode até errar. O pessimista já começa errando". É

claro que a gente vê, compreende, apoia e aceita os fundamentos da sua análise. Muito bem estruturada, muito bem feita. Mas o País é maior do que isso, tem outras energias maiores do que esta - o momento histórico que nós vivemos, as circunstâncias históricas que nós vivemos. Em 30 anos triplicamos a população. Em 1950, tínhamos 50 milhões de habitantes e em 30 ou 40 anos triplicamos a população para 150 milhões de habitantes. Há o impacto disso. Tivemos um processo de urbanização violentíssimo, de êxodo rural. Milhões de pessoas que foram para as grandes cidades, criando problemas estruturais. Mas eu vou parar por aqui porque há uma regra na política: "Nunca se atrasa um almoço nem se interrompe uma partida de futebol". Muito obrigado e parabéns.

MARCOS LISBOA: No meu caso, não é questão de ser otimista ou pessimista, não estou na torcida. Não sou pessimista. Se fosse pessimista, não estaria fazendo o que eu faço. Estou dedicando minha vida ao debate da política pública para tentar ajudar a sair do problema. O meu papel é apontar o problema para que a gente possa sair dele. Não é vender ilusão. Se eu fosse pessimista com o Brasil estaria aposentado em outro lugar, a vida me permite isso a essa altura. Eu faço opção. Eu fiz a opção na minha vida por entrar no debate público, como eu entrei. Liderar uma escola



no Brasil não é ser pessimista. É por achar que a gente pode ajudar que o País seja diferente. Mas para isso preciso parar de contar com a ilusão e mergulhar nos problemas. A saída é da política, mas o nosso papel é apontar os problemas para que eles possam ser superados. O pior é quando as pessoas fingem que não têm problemas ou evitam pegar o exame médico. O resultado, depois, é pior. Leiam a minha fala dura não como uma aposta de que o País não vai dar certo, mas, por outro lado: vamos mudar para que dê certo?

SÉRGIO RONDINO: Obrigado, doutor Marcos Lisboa. E o Espaço Democrático agradece a presença de todos vocês em mais este Encontro Democrático. Até uma próxima oportunidade.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Georgiano Neto José Paulo Cairoli Otto Alencar Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Diego Andrade Domingos Aguiar Neto Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Omar Aziz Robinson Faria Samuel Hanan</p>
---	--	--



www.espacodemocratico.org.br